



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 30/XII/ 1.ª SL

Aos 16 dias do mês de Novembro de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das actas n.ºs 27/XII e 28/XII (reuniões de 8 e 9 de Novembro de 2011)

2. Redacção final dos Projectos de Resolução n.º 102/XII/1.ª (PS) -"Recomenda ao Governo o aprofundamento do regime legal que regula a actividade prestamista, a intensificação e alargamento dos actos fiscalizadores e a disponibilização de informação no âmbito da Defesa do Consumidor" e n.º 126/XII/1.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo rever o regime legal que regula o acesso, o exercício e a fiscalização da actividade prestamista"

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adoptar pela União Europeia no âmbito do Comité de Comércio instituído pelo Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, no que diz respeito à aprovação do regulamento interno do Comité de Comércio e à elaboração de uma lista de 15 pessoas para desempenharem a função de árbitros [COM(2011)592]

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o anexo I do Regulamento (CE) n.º 1528/2007 do Conselho no que diz respeito à exclusão de um certo número de países da lista de regiões ou Estados que concluíram negociações [COM(2011)598]

Relator: Deputado Cristóvão Crespo (PSD)

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativo aos agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT), no que se refere à clarificação, à simplificação e à melhoria da constituição e da implementação desses agrupamentos [COM(2011)610]

Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 30/XII/ 1.ª SL

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições específicas para o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objectivo de Cooperação Territorial Europeia [COM(2011)611]

Relatora: Deputada Hortense Martins (PS)

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Fundo de Coesão e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1084/2006 do Conselho [COM(2011)612]

Relator: Deputado Pedro Saraiva (PSD)

8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições específicas relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao objectivo de Investimento no Crescimento e no Emprego, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 [COM(2011)614]

Relatora: Deputada Eurídice Pereira (PS)

9. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um direito europeu comum da compra e venda [COM(2011)635]

Relator: Deputado Nuno Encarnação (PSD)

10. Apreciação do relatório sobre a participação do Deputado Pedro Saraiva na Reunião Interparlamentar subordinada ao tema "Futura política de coesão à luz das novas propostas legislativas" - Bruxelas, 6 de Outubro

11. Petição n.º 49/XII/1.ª - Metro para a Trofa

Apreciação e votação da nota de admissibilidade;

Nomeação de relator (cabe ao PS)

12. Apreciação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 30/XII/1.ª (GOV) - Procede à terceira alteração à Lei n.º 63 A/2008, de 24 de Novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 30/XII/ 1.ª SL

reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

13. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP CDS-PP para criação de um grupo de trabalho para análise dos transportes aéreos entre a Madeira e o Continente

14. Outros assuntos

---

#### **1. Apreciação e votação das actas n.ºs 27/XII e 28/XII (reuniões de 8 e 9 de Novembro de 2011)**

Submetidas à votação, as actas n.ºs 27/XII e 28/XII, relativas às reuniões da Comissão de 8 e 9 de Novembro de 2011, foram aprovadas por unanimidade.

**2. Redacção final dos Projectos de Resolução n.º 102/XII/1.ª (PS) - "Recomenda ao Governo o aprofundamento do regime legal que regula a actividade prestamista, a intensificação e alargamento dos actos fiscalizadores e a disponibilização de informação no âmbito da Defesa do Consumidor" e n.º 126/XII/1.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo rever o regime legal que regula o acesso, o exercício e a fiscalização da actividade prestamista"**

A Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) levantou a questão de se unificar os textos dos dois projectos de resolução numa resolução única.

Usou da palavra o Senhor Presidente, no sentido de que tal seria possível e até recomendável, desde que houvesse entendimento entre os autores das iniciativas e nada do que foi aprovado em Plenário se perdesse nessa fusão.

Pronunciaram-se a este propósito os Senhores Deputados Hélder Amaral (CDS-PP), para concordar com o Senhor Presidente e manifestar que o seu grupo parlamentar não se opõe à possibilidade de fusão; e Eduardo Teixeira (PSD), também para concordar com a possibilidade de fusão desde que haja acordo entre os proponentes das iniciativas.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ACTA NÚMERO 30/XII/ 1.ª SL**

Assim, o Senhor Presidente anunciou que este ponto da ordem do dia seria adiado para a reunião ordinária seguinte, para dar tempo a que os proponentes das iniciativas estudassem o texto de fusão a elaborar.

**3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adoptar pela União Europeia no âmbito do Comité de Comércio instituído pelo Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, no que diz respeito à aprovação do regulamento interno do Comité de Comércio e à elaboração de uma lista de 15 pessoas para desempenharem a função de árbitros [COM(2011)592]**

**Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)**

Passando-se a este ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo apresentou o parecer sobre a COM(2011)592.

Usaram da palavra, para cumprimentar o relator, os Senhores Deputados Eduardo Teixeira (PSD) e Hélder Amaral (CDS-PP).

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PCP, do BE e do PEV.

**4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o anexo I do Regulamento (CE) n.º 1528/2007 do Conselho no que diz respeito à exclusão de um certo número de países da lista de regiões ou Estados que concluíram negociações [COM(2011)598]**

**Relator: Deputado Cristóvão Crespo (PSD)**

Pelo Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) foi apresentado o parecer relativo à COM(2011)598.

Usaram da palavra, para cumprimentar o relator, o Senhor Presidente e o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS).



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ACTA NÚMERO 30/XII/ 1.ª SL**

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PCP, do BE e do PEV.

**5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativo aos agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT), no que se refere à clarificação, à simplificação e à melhoria da constituição e da implementação desses agrupamentos [COM(2011)610]**

**Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)**

De seguida, o Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) apresentou, de forma circunstanciada, o parecer sobre a COM(2011)610.

Os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS) e Luís Leite Ramos (PSD) usaram da palavra para cumprimentar o relator e referir a importância desta iniciativa europeia para resolver um conjunto de matérias que não estavam compatíveis com o Tratado de Lisboa.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PCP, do BE e do PEV.

**6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições específicas para o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objectivo de Cooperação Territorial Europeia [COM(2011)611]**

**Relatora: Deputada Hortense Martins (PS)**

Pela Senhora Deputada Hortense Martins (PS) foi apresentado, de forma detalhada, o parecer sobre a COM(2011)611.

O Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) cumprimentou a relatora e comentou que Portugal não tem aproveitado muito bem os mecanismos de cooperação territorial, sendo esta uma das poucas áreas de programação financeira de 2014-2020 que aumenta (em cerca de 30%), pelo que o nosso país deveria posicionar-se adequadamente em função desse facto. Realçou também o compromisso entre micro-regiões e macro-regiões, onde 73% do orçamento está destinado a mecanismo de cooperação transfronteiriça, a ser usado por NUTS III, pelo que, em



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 30/XII/ 1.ª SL

sua opinião, as NUTS III portuguesas junto a Espanha deveriam preparar-se para esta nova realidade.

Respondeu a relatora que os relatórios indicam que foram feitos progressos significativos da aplicação dos dinheiros ao abrigo da política de coesão. Destacou que a Europa só tem a ganhar ao ser mais solidária com as regiões mais pobres, com os países em mais dificuldades. Finalmente, afirmou que a consolidação orçamental é importante mas não podem esquecer-se os objectivos de crescimento e do emprego, que são passos essenciais para essa consolidação.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PCP, do BE e do PEV.

#### **7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Fundo de Coesão e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1084/2006 do Conselho [COM(2011)612]**

**Relator: Deputado Pedro Saraiva (PSD)**

De seguida, o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) apresentou, de forma circunstanciada, o parecer sobre a COM(2011)612. Realçou os investimentos em Portugal que constam da lista indicativa de projectos que a Comissão Europeia aponta ao abrigo desta política de coesão.

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) defendeu o desenvolvimento com facilidade de interligação como um passo para o desenvolvimento territorial, económico e social, considerando que o dinheiro para essas redes acaba por ter um contributo muito importante para a política de coesão.

Pelo Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) foi afirmado que a interligação é fundamental e decisiva, considerando que a Europa é o nosso principal mercado. Defendeu também que esta iniciativa, como a apreciada no ponto anterior, deve ser acompanhada com muito cuidado, porque tanto uma como outra são decisivas para a aplicação dos dinheiros europeus. Realçou ainda a necessidade de contas públicas consolidadas para o devido aproveitamento destes fundos bem como o facto de os investimentos em causa serem transversais a vários Governos.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) saudou o relator e concordou com a preocupação sobre a boa condução do processo. Em sua opinião, a Assembleia da República deve



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 30/XII/ 1.ª SL

participar activamente neste processo, coadjuvando o Governo com vista a uma boa negociação europeia. Destacou ainda a importância desta negociação com o facto de a nossa economia ser alavancada com um conjunto de investimentos estruturantes que vêm do fundo de coesão. Referiu também a visão que a Europa tem sobre a coesão territorial, que se centra em ajudar um conjunto de regiões mais desprotegidas e distantes do centro da Europa, em diversas áreas, nomeadamente transportes, telecomunicações e energia. Defendeu que estas áreas devem ser eleitas como prioritárias para o desenvolvimento do interior do país e gerado um forte programa de desenvolvimento estrutural das regiões do interior do país, replicando a filosofia europeia nesta área.

O relator concluiu a discussão em torno desta iniciativa, lembrando que enquanto no passado as infra-estruturas tinham um bolo próprio, que depois era alavancado nos países, agora há um bolo global para as regiões mais desfavorecidas e uma percentagem desse bolo (15%) é destinado a grandes infra-estruturas, sendo a decisão apenas da Comissão Europeia.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PCP, do BE e do PEV.

**8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições específicas relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao objectivo de Investimento no Crescimento e no Emprego, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 [COM(2011)614]**

**Relatora: Deputada Eurídice Pereira (PS)**

A Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS) apresentou com detalhe o parecer sobre a COM(2011)614, tendo realçado a alteração das regras do fundo de coesão para 2014-2020 bem como a concentração de financiamento para um número reduzido de prioridades. Concluiu chamando a atenção para a existência de um enfoque nos resultados, que considerou fundamental.

Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD), para saudar a relatora e partilhar de algumas das suas preocupações. Referiu uma tentativa de, não respeitando na íntegra o princípio da subsidiariedade, formatar excessivamente a aplicação dos fundos, deixando as regiões de poder escolher quais são as suas prioridades de desenvolvimento para o horizonte temporal de 2012-2020. Em sua opinião, a coesão territorial aparece aqui como um parente



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 30/XII/ 1.ª SL

pobre das políticas estruturais para a Europa, atitude que é um pouco contraditória em relação à que deveria tomada ser à luz do princípio da subsidiariedade.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PCP, do BE e do PEV.

#### **9. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um direito europeu comum da compra e venda [COM(2011)635]**

**Relator: Deputado Nuno Encarnação (PSD)**

De seguida, o Senhor Deputado Nuno Encarnação (PSD) apresentou sucintamente o parecer sobre a COM(2011)635.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PCP, do BE e do PEV.

#### **10. Apreciação do relatório sobre a participação do Deputado Pedro Saraiva na Reunião Interparlamentar subordinada ao tema "Futura política de coesão à luz das novas propostas legislativas" - Bruxelas, 6 de Outubro**

O Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) apresentou o relatório supra-referido. Deu conta das matérias tratadas na reunião e referiu que há uma que ainda não está fechada e que se relaciona com o número de tipos de regiões que vão existir, 2 ou 3, sendo que, por exemplo, a Alemanha, entre outros, defende apenas a existência de dois tipos, as mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas. Expressou ainda preocupação quanto à calendarização dos trabalhos nesta área, porque entende que o processo de negociação bilateral, país a país, dificilmente estará concluído a tempo dos fundos; e sobre a criação de uma figura de condicionalidade, em que a Comissão Europeia se reserva o direito de tirar fundos estruturais se houver países que não controlam as suas contas públicas.

Expressou-se a este propósito a Senhora Deputada Hortense Martins (PS), para realçar a importância destes relatórios e questionar sobre a posição da Alemanha quanto aos tipos de regiões a criar, que considerou contraditória.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 30/XII/ 1.ª SL

Respondeu o relator que acreditava que a ideia de criar regiões de transição, para a Alemanha, poderia implicar ter de dar mais dinheiro para a coesão até mais tarde e este país não deve querer eternizar a alocação de fundos das regiões mais ricas para as que ainda não são ricas mas já não são pobres. Defendeu que, para Portugal, as regiões de transição podem ser criadas desde o envelope financeiro para as mais pobres não sofra alterações.

#### **11. Petição n.º 49/XII/1.ª - Metro para a Trofa**

**Apreciação e votação da nota de admissibilidade;**

**Nomeação de relator (cabe ao PS)**

Submetida à votação, a nota de admissibilidade da petição foi aprovada por unanimidade, registando-se as ausências do PCP, do BE e do PEV.

O PS indicou o Senhor Deputado Fernando Jesus como relator.

#### **12. Apreciação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 30/XII/1.ª (GOV) - Procede à terceira alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros**

**Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)**

Pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) foi apresentado o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 30/XII/1.ª.

Intervieram os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD) para cumprimentar o relator, considerar a matéria sensível e frisar que o objectivo final desta iniciativa legislativa é a criação de uma situação mais sólida nas instituições bancárias para garantir que estas continuem a intervir no mercado e injectar liquidez na economia real; Helder Amaral (CDS-PP), também para cumprimentar o relator e realçar as regras de gestão rigorosa durante o tempo de intervenção nos bancos, apelando à ponderação e ao consenso em torno desta matéria; Paulo Campos (PS), para concordar com a necessidade de ponderação, mas defender que começa a ficar tarde, uma vez que o Governo ainda não conseguiu resolver o problema de liquidez, que é fundamental para que a economia funcione; e Pedro Saraiva (PSD), para discordar do orador antecedente e realçar a complexidade das matérias em causa.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 30/XII/ 1.ª SL

O Deputado relator concluiu a discussão, considerando importante que o clima de alguma conflitualidade com o sector bancário abrande, defendendo que tem de haver sentido de Estado por ambas as partes, e realçando a importância desta matéria para a economia.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências do PCP, do BE e do PEV.

#### **13. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP CDS-PP para criação de um grupo de trabalho para análise dos transportes aéreos entre a Madeira e o Continente**

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) defendeu a criação do grupo de trabalho proposto no requerimento e lembrou a existência de propostas para criação de outros, as quais, em sua opinião, deveriam todas ser apreciadas numa reunião da Mesa da Comissão com os Coordenadores.

Pronunciaram-se, a este propósito, os Senhores Deputados Pedro Saraiva (PSD), para concordar e sugerir que nessa reunião deveria ser feita uma revisitação ao plano de actividades da Comissão; e Rui Paulo Figueiredo (PS), no mesmo sentido.

O Senhor Presidente marcou então a reunião da Mesa com os Coordenadores para o dia 22 de Novembro, no final do Plenário, e lembrou as duas outras reuniões da Comissão previstas para a semana seguinte, bem como a reunião do Grupo de Trabalho Audiências da CEOP.

#### **14. Outros assuntos**

Neste ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente deu conta aos Deputados de que tinha chegado à Comissão, e distribuída, informação sobre o Conselho Transportes, Telecomunicações e Energia, que se realizará no próximo dia 24 de Novembro, bem como o Conselho ECOFIN, de 30 de Novembro.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) considerou importante um acompanhamento pela Comissão destes Conselhos, sugerindo que, no que toca ao primeiro, se propusesse a realização de uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Energia para a semana a seguir à da conclusão da apreciação do Orçamento do Estado para 2012.



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ACTA NÚMERO 30/XII/ 1.ª SL**

Finalmente, o Senhor Presidente deu ainda conta das iniciativas legislativas europeias que tinham sido distribuídas, bem como dos seus relatores.

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de Novembro de 2011.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAMPOS FERREIRA)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 30/XII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Ana Paula Vitorino  
Carina Oliveira  
Catarina Martins  
Duarte Cordeiro  
Eduardo Teixeira  
Fernando Jesus  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
João Paulo Viegas  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Luís Menezes  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Pinto  
Pedro Saraiva  
Rui Paulo Figueiredo  
Afonso Oliveira  
Cristóvão Crespo  
Eurídice Pereira  
Jorge Fão  
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Lopes  
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Monteiro de Aguiar